



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS LIBRAS - BACHARELADO

Walquiria Pereira da Silva Dias

Interpretação da Libras para o Português
Oral: línguas, sujeitos e discursos

São Luís/MA

2018

Walquiria Pereira da Silva Dias

Interpretação da Libras para o Português

Oral: línguas, sujeitos e discursos

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a conclusão do curso de Graduação Bacharelado em Letras Libras.

Professor Orientador: André Reichert.

São Luís/MA

2018

[...] sei por experiência própria que nada substitui a própria experiência, seja real ou imaginária. (MAGALHÃES JUNIOR, 2007)

AGRADECIMENTOS

Em toda a caminhada na vida, ter gratidão é essencial, o outro sempre participa de nossas experiências. Na pesquisa, isso não é diferente, portanto vamos aos agradecimentos pela concretização desta etapa.

A Deus, primeiramente, por me sustentar sempre, dando-me forças para seguir quando quis, muitas vezes, abandonar o percurso.

Ao meu esposo e minha mãe, pelo apoio direto na colaboração em outras atividades, possibilitando-me tempo para a pesquisa.

Ao orientador, André Reichert, pelas leituras e orientações direcionadas à organização das discussões.

A minha tutora, Andrea Rejane, que se dispôs a dialogar sobre a pesquisa, além do incentivo para que terminasse o estudo.

A Daniele Vanessa Sousa, pelos diálogos teóricos e metodológicos que somaram nas discussões empreendidas.

Aos colegas do curso Letras/Libras, com os quais realizei momentos de discussões sobre a pesquisa, em especial Lorena Batista e Daniela Luna.

Aos colegas tradutores e intérpretes de Libras/Língua Portuguesa que se dispuseram a contribuir com a pesquisa ativamente por meio do acesso aos formulários aplicados.

A Stephannie Garcês, por sua contribuição técnica.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Esta pesquisa foca no processo de interpretação da Libras para a Língua Portuguesa. A partir de um lugar empírico, notamos a recorrência de enunciados discursivos que afirmam ser a interpretação da Libras para língua oral um processo mais complexo. Sendo assim, o objetivo desse trabalho é analisar os discursos sobre essa atividade interpretativa, com foco nas concepções dos intérpretes de Libras e nas condições de existência da prática discursiva que ratifica uma dificuldade maior na interpretação da língua de sinais para a língua oral. Com base em pesquisas na área de tradução e interpretação das línguas de sinais, nos aportes teóricos da Análise do Discurso francesa e em contribuições conceituais de Michel Foucault, tomamos o discurso enquanto prática, que, entrelaçado às práticas não discursivas, constituem os sujeitos. Para obtenção dos dados, aplicamos um questionário online passível de respostas abertas, a partir das quais realizamos recortes para costurar nossas relações discursivas. As análises apontaram para uma gama de fatores com potencial de interferência: posições-sujeitos de onde emanam os discursos, aspectos linguísticos, relações de poder entre os sujeitos intérpretes e os sinalizantes, condições de trabalho e aspectos emocionais. Todos esses elementos funcionam como práticas de subjetivação a partir das quais emergem experiências diversas, portanto, concepções díspares sobre a interpretação da Libras para a língua portuguesa.

Palavras-chave: Interpretação, Libras, Discursos, Sujeitos, Práticas de Subjetivação.

RESUMEN

Esta pesquisa analiza el proceso de interpretación de Libras para la Lengua Portuguesa. A partir de un sitio empírico, percibimos la ocurrencia de enunciados discursivos que afirman ser la interpretación de la Libras para la lengua oral un proceso más complejo. Con eso, el objetivo de este trabajo es analizar los discursos sobre esa actividad interpretativa, con enfoque en las concepciones de los intérpretes de Libras y en condiciones de existencia de la práctica discursiva que ratifica una dificultad más grande en la interpretación de la lengua de señas para la lengua oral. De acuerdo con investigaciones en el área de traducción e interpretación de las lenguas de señas, con base teórica del análisis del discurso francés y en contribuciones conceptuales de Michel Foucault, tenemos el discurso como práctica, que, junto a las prácticas no discursivas, constituyen los sujetos. Para obtener los datos, hicimos una encuesta on-line posibles de respuestas subjetivas, a partir de las cuales realizamos una separación para acercar nuestras relaciones discursivas. Los análisis enseñaron para muchos factores con potencial de interferencia: posiciones-sujetos de donde emanan los discursos, aspectos lingüísticos, relaciones de poder entre los sujetos intérpretes y los que sinalizan, condiciones de trabajo y aspectos emocionales. Todos esos elementos funcionan como prácticas de subjetivación a partir de las cuales emergen experiencias diversas, por lo tanto, concepciones díspares sobre la interpretación de la Libras para la lengua portuguesa.

Palavras chave: Interpretación, Libras, Discursos, Sujetos, Prácticas de subjetivación.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	-	Peculiaridades do processo de interpretação conforme a direção ...	18
Tabela 2	-	Tempo de atuação na área	30
Tabela 3	-	Descrição do início da atuação	32
Tabela 4	-	O dispositivo linguístico presente nos discursos	34
Tabela 5	-	Enunciados sobre os contextos de atuação	38
Tabela 6	-	O sinalizante na análise discursiva da prática de interpretação	40
Tabela 7	-	Enunciados sobre possíveis fatores situacionais	44

LISTA DE SIGLAS

TILP – Tradutor e Intérprete de Libras/Língua Portuguesa

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

ASL – American Sign Language (Língua Americana de Sinais)

ETILS – Estudos da Tradução e Interpretação das Línguas de Sinais

AD – Análise do Discurso

FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DAS LÍNGUAS DE SINAIS	14
1.1 Interpretação e tradução	14
1.2 Tipos de interpretação e contextos de atuação	17
2. DISCURSO COMO FERRAMENTA HISTÓRICO-SOCIAL	21
2.1 Língua, discurso e sujeito	21
2.2 Discurso e enunciado como práticas sociais	23
2.3 Dispositivos e experiências na produção de discursos	25
3. CAMINHOS DA PESQUISA	27
3.1 Caracterização geral	27
3.2 Categorias teórico-metodológicas de análises	28
4. ANÁLISE DE DADOS	30
4.1 Posições-sujeitos e as ordens discursivas	30
4.2 Um olhar para os dispositivos linguísticos	34
4.3 Das relações de poder às subjetividades	37
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICE	53

INTRODUÇÃO

Os avanços em pesquisas acadêmicas na área da tradução e interpretação das línguas de sinais são evidentes (PEREIRA, 2010, SANTOS, 2013, RODRIGUES; BEER, 2015). Nesse crescimento, ainda são necessários estudos que abordem a interpretação da língua sinalizada para a modalidade linguística oral. Assim sendo, esta pesquisa volta o olhar para o processo de interpretação da Libras para a Língua Portuguesa, seguindo a fundamentação de que interpretação se difere de tradução, tema objeto de discussão nos capítulos seguintes. O sinal-voz, como é comumente denominado esse processo de interpretação, mais que um ato linguístico é aqui considerado como momento de empoderamento da Libras e dos sujeitos que a representam. Nesse sentido, pesquisas que visem identificar os discursos em jogo são importantes para aprimorar a atuação e para instigar novos estudos e produções na área.

A construção da problemática partiu da inquietação vivenciada como tradutora e intérprete de Libras/Língua Portuguesa (TILP¹). No curso de Letras - Língua Portuguesa/Espanhol, em 2008, tive o primeiro contato com a Libras de um modo sistemático, considerando que tinha amigos surdos, mas não tinha fluência e nem o conhecimento do status linguístico das línguas sinalizadas. No mesmo ano, iniciei um curso básico e segui em frente com outros cursos nos anos seguintes. Em 2010, passei a atuar como intérprete da rede estadual de ensino do Maranhão, dois anos depois, em uma rede municipal e, atualmente, na esfera federal.

Passando, portanto, por diferentes níveis de ensino, reproduzi, por muito tempo, a ideia de que é mais difícil realizar a interpretação da Libras para a Língua Portuguesa do que da língua oral para a modalidade sinalizada. Na realização de cursos na área de Libras, a estada no curso de Letras-Libras/Bacharelado à distância, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e outros espaços, percebi que esse discurso é reiterado por colegas TILPs. Nessa direção, pensando no discurso como uma prática (FOUCAULT, 2014a), construí esse estudo a partir desta prática discursiva: “Fazer a interpretação da Libras para a Língua

¹ A sigla comumente utilizada é TILSP (tradutor e intérprete de língua de sinais e língua portuguesa). Utilizo TILP como forma de demarcar especificamente os pares linguísticos de minha atuação: Libras e Língua Portuguesa, mesma concepção de Dias (2018).

Portuguesa é mais difícil do que da Língua Portuguesa para a Libras”, intuindo dialogar com outros discursos que a embasam.

Dessa forma, busquei pesquisar para compreender um pouco mais sobre o assunto, afinal é necessário pensar para além das empirias, transformá-las em problemas de pesquisa, buscar respostas que possam contribuir para compreensão da constituição profissional dos sujeitos tradutores e intérpretes de Libras/Língua Portuguesa. Este motivo justifica a relevância da escolha do tema, portanto, de cunho pessoal e social, relevante para a categoria quando se propõe a compreender a prática de interpretação Libras/Língua Portuguesa/ Libras como ação que articula o linguístico, o social e o histórico na constituição de sujeitos e discursos.

Santos (2013), numa análise dos estudos da interpretação no Brasil, verificou que havia poucos registros de pesquisas com foco na língua portuguesa como parte da formação de intérpretes. Cinco anos depois, numa breve pesquisa em fontes diferenciadas, notei que essa realidade não é mais a mesma, mas ainda carece de pesquisas. Esse fator também justifica a opção do tema, haja vista o número restrito de estudos, se comparado a outras temáticas. No levantamento de dissertações e teses concluídas e em andamento, realizado por Pereira (2010), observei a inexistência de análises direcionadas exclusivamente para a interpretação sinal-voz.

Albres (2010) realizou uma investigação da interpretação da Libras para o português, na qual a sinalizante era uma acadêmica surda, com foco na voz e nos discursos produzidos pelo intérprete de Libras. A autora evidenciou escolhas linguístico-discursivas, assim como trouxe ao campo de discussão a relevância das relações sociais. Sousa (2010), a partir de relatos de experiências de intérpretes de Libras, constatou que fluência, domínio das técnicas de interpretação e prática são fatores que influem na interpretação da Libras para a língua portuguesa.

Nascimento (2012), numa pesquisa realizada a partir de uma atividade com alunos de uma especialização em Tradução e Interpretação Tradução de Libras – Português, entrelaça as ideias da linguística aplicada com a fonoaudiologia para pensar a interpretação da Libras para o português na modalidade oral como ato enunciativo-discursivo que perpassa pelo funcionamento psíquico e pela expressão da voz. Além disso, o autor parte de suas condições empíricas. Nessa articulação, Nascimento (2012) ressalta a importância dos elementos

extralinguísticos, que, em conformidade com as bases teóricas aqui afirmadas, chamo de condições de emergência dos discursos (FOUCAULT, 2014b).

Chaibue e Aguiar (2016), a partir da aplicação de questionários junto a intérpretes de Libras, constataram uma maior dificuldade apontada pelos entrevistados na interpretação da modalidade sinalizada para a modalidade oral. A hipótese apontada pelos autores faz a relação da velocidade das falas nas duas modalidades linguísticas, ou seja, o aparelho fonador é mais lento que o movimento dos membros superiores o que dificulta no acompanhamento da sinalização. Ainda que essa hipótese não permeie uma concepção discursiva, a pesquisa compõe a literatura sobre a abordagem da interpretação sinal-voz e converge para as diferenças entre os sistemas linguísticos oralizados e sinalizados, temática que presente em nossas análises.

Tendo em vista as pesquisas elencadas, ratifico a escassez de estudos sobre o assunto diante do vasto número de referências disponíveis sobre outros objetos da área. Nesse sentido, Albres (2010), Sousa (2010), Nascimento (2012) e Chaibue e Aguiar (2016) contribuem para este trabalho na medida em que se propõem refletir sobre o mesmo objeto de estudo: a interpretação da Libras para a língua portuguesa. Divergem, porém, nos caminhos de análise, no sentido que focam o processo de interpretação propriamente dito e esta pesquisa pretende ultrapassar esses limites.

Após um breve olhar para a literatura, noto que outras hipóteses podem ser avaliadas, possibilitando-nos compreender o ato interpretativo como um processo histórico-social. Essa perspectiva leva em consideração o pressuposto de que o discurso mobilizado pelos intérpretes de Libras quanto à dificuldade de falar oralmente o que está sendo sinalizado não se dá apenas pelo domínio ou não das línguas envolvidas ou por diferenças fonoarticulatórias.

Nesse sentido, partimos dos seguintes questionamentos: que condições permitem a existência do discurso que reitera a dificuldade em interpretar de forma simultânea da Libras para a língua portuguesa na modalidade oral? Que outros fatores (sociais, históricos e subjetivos) são subjacentes a esse discurso?

Nessa direção foram traçadas as seguintes hipóteses: a) Atitudes humanas têm relevância no desempenho do intérprete, tais como insegurança e avaliação negativa das pessoas participantes do processo, assinalando relações de poder entre os sujeitos participantes da atividade interpretativa b) Esse discurso se sustenta muito mais em fatores

sociais, nas experiências e nos espaços em que ocorrem do que no domínio das línguas envolvidas.

A partir do exposto, o objetivo deste estudo é analisar o discurso sobre a interpretação da Língua Brasileira de Sinais para a Língua Portuguesa, com foco nas concepções dos intérpretes de Libras e nas condições de existência da prática discursiva que ratifica uma dificuldade maior na interpretação da modalidade sinalizada para a língua oral. Como objetivos específicos, destaquei: Investigar possíveis discursos que convergem para essa prática discursiva; descrever práticas não discursivas que podem interferir no processo interpretativo da Libras para a Língua Portuguesa; analisar a prática interpretativa como lugar de constituição histórica e social dos sujeitos surdos e dos sujeitos intérpretes.

Dito isso, estes escritos são organizados em cinco capítulos. O primeiro é destinado às discussões sobre a interpretação das línguas de sinais, com base nos Estudos da Tradução e da Interpretação, visando explicar como se dá a interpretação e seus contextos diferenciando-a da tradução. O segundo capítulo é voltado para uma explanação sobre o discurso e a produção de sujeitos, de modo a destacar as experiências como foco das práticas discursivas e da produção de verdades. O terceiro capítulo vem descrever a metodologia adotada. No quarto capítulo, concentrei a análise de dados e a discussão dos resultados. Por fim, o quinto capítulo compõe as considerações finais.

Faço uma ressalva quanto às regularidades da escrita. Neste tópico introdutório segui apresentando em primeira pessoa no intuito de mostrar as motivações da escolha do tema que perpassam por narrativas pessoais. No entanto, nos capítulos seguintes sigo com as convenções, ainda que me inclua na primeira pessoa do plural. Vamos às discussões!

1 TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DAS LÍNGUAS DE SINAIS

Os estudos sobre as línguas de sinais levaram à ocupação de dois campos distintos, porém não contrários: a interpretação e a tradução. No entanto, como relata Pereira (2010), a área de interpretação ocupava um espaço marginal nos estudos linguísticos. Com o aumento de pesquisas acadêmicas, a temática ampliou-se a ponto de diferenciar-se dos estudos da tradução. Nesse capítulo, portanto, buscamos traçar um breve percurso teórico diferenciando interpretação e tradução, com foco nas línguas de sinais. Além disso, considerando o mote da pesquisa, serão explanados os tipos e os contextos de interpretação.

1.1 Tradução e interpretação

Os Estudos da Tradução têm suas origens fincadas na década de 1970 (PAGANO; VASCONCELLOS, 2003; 2006; VASCONCELLOS, 2010; RODRIGUES; BEER, 2015), com o mapeamento proposto por Holmes. Inicialmente, a área abarcava todas e quaisquer reformulações de um texto de uma língua para outra, considerando os contextos comunicativos e sociais. Com o tempo, outros vieses teóricos foram moldando a área e delineando tipos de tradução, inclusive intralingual². James Stratton Holmes (1972) foi pioneiro e, tendo em vista a necessidade de investigação científica e da inserção dos tradutores em um campo específico, trouxe uma visão prática e teórica das categorias propostas.

Williams e Chesterman propuseram um novo mapeamento em 2002 (VASCONCELLOS; BARTHOLAMEI JUNIOR, 2008; VASCONCELLOS, 2010; RODRIGUES; BEER, 2015), expandindo as áreas de abrangência e acrescentando a tecnologia e a interpretação como áreas de pesquisas da tradução. Um terceiro mapeamento foi proposto pela St. Jerome Publishing, editora do campo dos Estudos da Tradução, possibilitando a correlação com outros campos de estudo, inclusive apresentando os Estudos da Interpretação como ramificação (VASCONCELLOS; BARTHOLAMEI JUNIOR, 2008).

Notamos, dessa forma, os caminhos construídos pela interpretação enquanto área institucionalizada dentro dos Estudos da Tradução. Temos, assim, acesso às bases

² Resumidamente, de uma língua para a mesma língua.

fundacionais da tradução, as quais levaram ao desenvolvimento de pesquisas na área da interpretação de línguas de sinais e à formação e consolidação profissional do tradutor e intérprete de línguas de sinais. Em suma, os três modelos de mapeamento não se excluem e nem se contradizem, complementam-se na organização dos Estudos da Tradução enquanto campo disciplinar, colaborando na consolidação dos Estudos da Interpretação.

Esse processo ocorreu, principalmente, pela discursivização da modalidade sinalizada como sistema linguístico, portanto, estruturado para transposição de sentidos a partir dos dois campos de saber: a tradução e a interpretação, considerando as singularidades das respectivas áreas. Nessa perspectiva, a tradução permite uma recursividade durante o processo tradutório, maior tempo para entrega, pesquisas de materiais de apoio, ou seja, o produto final passa por um desenvolvimento mais minucioso e passível de análises e modificações. A interpretação compreende uma atividade mais momentânea, numa interação face-a-face e em um espaço-tempo restrito (NASCIMENTO, 2016; DIAS, 2018).

Tradução e interpretação são atividades diferenciadas. A diferença de atuação pode ocorrer em alguns aspectos como o ambiente, habilidades, formação e estratégias. No entanto, nem todos os contextos de atuação são diferentes, por exemplo, ambos podem trabalhar no âmbito educacional, no jurídico, etc., mas a dinâmica das atividades é outra. O tempo e o uso de materiais de apoio são alguns dos fatores que marcam essas diferenças: nas atividades tradutórias, o profissional tem mais tempo e utiliza outros recursos de pesquisa; nas atividades interpretativas, não são usados recursos auxiliares e o tempo é imediato. Outras peculiaridades: os contextos situacionais, a tomada de decisões, o produto apresentado, a ausência/presença de interação, a forma da língua (escrita ou não), etc. Todos esses aspectos são considerados quando afirmamos que podem existir profissionais que são excelentes tradutores, mas não desempenham a interpretação com qualidade e vice-versa. Quanto à formação, tradutores e intérpretes caminham na mesma linha de formação, porém, precisam de cursos de formação específicos a cada atividade.

Enquanto a tradução dedica-se à mobilização de textos em um espaço-tempo expandido, recursivo e com possibilidade de pesquisa para o aprimoramento dos enunciados por parte de quem a realiza, bem como a de revisão final do produto produzido, a interpretação, ao contrário, é efêmera, é produzida no imediatismo das interações face-a-face, no “aqui e agora”, nos textos produzidos nos e pelos atos de fala, em um espaço-tempo reduzido.

Todavia, mesmo com essas diferenças conceituais, a profissão discutida nesta pesquisa possui, em sua designação oficial, a aglutinação destas duas atividades responsabilizando, com isso, o mesmo profissional para ambas. (NASCIMENTO, 2016, p. 33).

Em se tratando das línguas de sinais, apesar do mapeamento de Williams e Chesterman ter sido publicado na década de 2000, a inserção das línguas de sinais na área das pesquisas linguísticas data de 1960, com o linguista William Stokoe, a partir do olhar voltado à Língua de Sinais Americana (ASL). Dessa época em diante, diversos estudos foram sendo lançados visando compreender a interpretação e tradução das línguas de sinais. Pereira (2010) ressalva que a tarefa de documentar o histórico da atividade interpretativa é árdua, já que é efêmera e não havia recursos exteriores que facilitassem os registros, realidade esta já modificada por conta do avanço das tecnologias. A colocação da autora permite um apontamento: no âmbito dos Estudos da Tradução e Interpretação das Línguas de Sinais, diferentemente dos estudos mais globais, a tradução é mais recente, assinalando um processo histórico e social em que a interpretação tem visibilidade social precedente à ação tradutória (RODRIGUES; BEER, 2015).

Vale ressaltar que, apesar das pesquisas apontarem a interpretação como ramificação dos Estudos da Tradução, as investigações e discussões teóricas dos Estudos da Interpretação têm conduzido a constituição desse campo de saber para uma área autônoma, cujo objeto se constitui na empiria e despertou o interesse de pesquisadores na década de 1960, sob o viés da Psicologia sendo analisada como processo cognitivo da linguagem. No entanto, somente na década de 1980, a interpretação passou a ser tomada como objeto de análise no campo da tradução, ganhando caráter científico nos espaços acadêmicos da área e instituindo um espaço próprio de pesquisas dos Estudos da Interpretação (PÖCHHACKER; QUEIROZ, 2010; RODRIGUES; BEER, 2015).

Com relação aos Estudos da Tradução e Interpretação das Línguas de Sinais (ETILS), o campo se desenvolve, como já dito, à medida que as línguas de modalidade visual avançam para discussões e pesquisas no ambiente acadêmico. Em terras brasileiras, em um levantamento das produções de mestrado e doutorado, Pereira (2010) cataloga a pesquisa pioneira realizada em 1995, sendo que o primeiro trabalho voltado à interpretação data de 1999. Segundo a autora:

Como a produção acadêmica sobre a Libras começou a surgir na década de oitenta, passaram-se mais de dez anos para o primeiro trabalho sobre a tradução surgir, em 1995. É provável que, nos primeiros anos, a ênfase tenha sido dada em sedimentar a concepção da língua de sinais como portadora de estatuto lingüístico equivalente a qualquer língua vocal e, só depois, outros aspectos tenham despertado interesse de investigação. É notável que as produções tenham aumentado sensivelmente no período que marca o reconhecimento oficial da Libras (2002) e sua regulamentação (2005), disto podemos concluir a relação que Bowen et al. (2003) estabelecem entre

o registro da história dos intérpretes e o prestígio e as relações de poder que se estabelecem entre as línguas, no caso, a língua portuguesa e a língua de sinais brasileira. (PEREIRA, 2010, p. 110).

Sendo assim, reiteramos a afirmação que os ETILS expandem-se na proporção que as experiências vão sendo sistematizadas e geram pesquisas. Além disso, questões históricas, sociais e políticas sustentam esse processo de consolidação da área.

1.2 Tipos de interpretação e contextos de atuação

O processo de interpretação pode ser realizado de maneira simultânea ou consecutiva. Na interpretação simultânea, o intérprete segue o ritmo de fala do orador, realizando suas atividades ao mesmo tempo. Na consecutiva, a interpretação é feita por blocos de informações, em que o intérprete visualiza ou escuta e, em seguida, expõe o entendimento (PAGURA, 2003; ROSA, 2008; SANTOS, 2016). O primeiro modo dispense mais esforço físico e cognitivo, assim como mais recursos.

Nesse processo, não somente o domínio das línguas envolvidas interfere, conforme afirma Santos (2016, p. 21):

Todo o processo de interpretação não acontece apenas no momento em que o profissional está atuando, mas sim desde a sua preparação, passando pelos estudos para se profissionalizar, pelos conhecimentos nas diversas áreas que têm contato e que precisa adquirir para atuar, até suas novas metas com relação ao trabalho, que podem advir de uma interpretação mais difícil ou de um tema em que precise se aprofundar.

Em se tratando das línguas de sinais, é necessário destacar a diferença das modalidades linguísticas envolvidas: de um lado, uma língua visual e sinalizada; de outro, uma língua oral-auditiva. Na tradução e interpretação entre esses pares linguísticos, fatores estruturais das línguas envolvidas são determinantes na atuação do tradutor e intérprete de língua de sinais (RODRIGUES, 2013). Além disso, as pesquisas na área (ROSA, 2008; ALBRES, 2010; NASCIMENTO, 2012; 2016; SANTOS, 2016) atestam que aspectos históricos e discursivos também atravessam a relação entre as duas modalidades. Na tabela 1, foram resumidas as peculiaridades que marcam a direção (sinalização-oralização-sinalização).

Tabela 1: Peculiaridades do processo de interpretação conforme a direção

PORTUGUÊS PARA LIBRAS	LIBRAS PARA PORTUGUÊS
1 – Destaque para o uso do todo corpo; 2 – Uso de articuladores explícitos (RODRIGUES, 2013): canal gestual-visual; 3 – Maior visibilidade do tradutor-intérprete; 4 – Foco na simultaneidade da Libras; 5 – Possibilidade de correção e revisão do texto final reduzida; 6 – Adequação do ritmo da sinalização à fala; 7 – Menor taxa de produção, haja vista que a Libras é mais sintética; 8 – Atenção na escolha dos sinais, adequando ao contexto e ao público-alvo.	1 – Destaque para uso da voz; 2 – Uso de articuladores internos: canal oral-auditivo; 3 – Menor visibilidade física do tradutor-intérprete, redirecionando a atenção para a oralização; 4 – Foco na linearidade da língua portuguesa; 5 – Maior possibilidade de correção e revisão do texto alvo; 6 – Adequação da vocalização ao ritmo do texto sinalizado; 7 – Maior taxa de produção; 8 – Atenção no texto oralizado, adequando ao contexto e ao perfil do palestrante sinalizador.

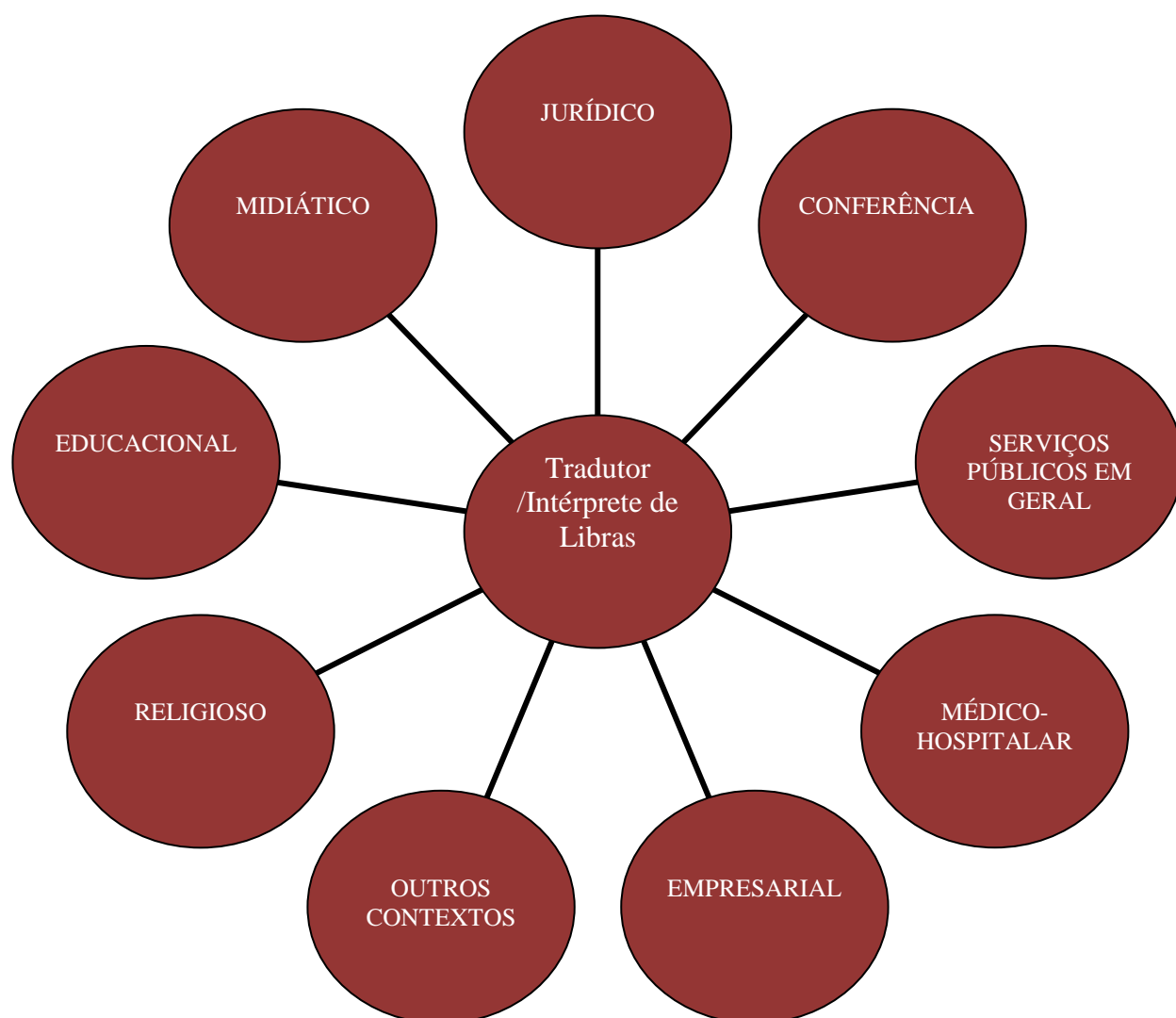
Fonte: elaborada pela autora.

Nessa esteira, os tipos e contextos de atuação possuem relevância. Pöchhacker e Queiroz (2010), com base em modelos e paradigmas que norteiam os estudos da interpretação, apresenta duas concepções conceituais, com base na interação realizada: a interpretação internacional ou de conferência e a interpretação intra-social ou comunitária. A interpretação de conferência apresenta um distanciamento e os papéis profissionais são bem definidos.

Cavallo e Reuillard (2016) destacam ainda o não controle do fluxo de informações e o mínimo de variedade linguística como características inerentes à interpretação de conferência. A interpretação comunitária, por sua vez, visa acessibilidade aos serviços públicos, em que o processo é mais dialógico (RODRIGUES, 2010; CAVALLO; REUILLARD, 2016).

Rodrigues (2010) elenca uma série de possíveis contextos de atuação do TILP: educacionais, clínicos, religiosos, conferências, midiáticos, jurídicos, familiares, enfim, uma gama de possibilidades que, a depender da área de atuação do intérprete, exige conhecimentos e habilidades específicos, como podemos visualizar no gráfico 1.

Gráfico 1: Diferentes contextos de atuação



Fonte: elaborado pela autora.

Cada contexto possui suas especificidades. O âmbito educacional, por exemplo, exige do intérprete além da competência linguística, conhecimentos pedagógicos (RODRIGUES; SILVÉRIO, 2011; GESSER, 2015). Já em um evento, como afirma Albres (2010), o trabalho é mais complexo e demanda um manejo com microfone, com um público maior, com terminologias específicas. Enfim, para atuar qualitativamente em cada um desses contextos é imprescindível uma bagagem construída com estudos teóricos e práticos.

Nesse sentido, o intérprete de língua de sinais deve estar condizente com os padrões exigidos por cada tipo de contexto situacional: vestimenta e postura adequadas, domínio das

línguas envolvidas e do conteúdo a ser passado, bem como prática profissional, ou seja, possuir formação com foco nos aspectos que abrangem os objetivos e os sujeitos envolvidos. Consideramos, assim, que o processo interpretativo extrapola os limites da transmissão de conteúdos, levando em conta os sujeitos em cena, as escolhas técnicas, os contextos de atuação e suas peculiaridades, os discursos e as práticas sociais.

[...] conhecer e dominar as diferenças lingüísticas da Libras em relação ao Português é essencial à formação do ILS, mas não é o bastante, visto que suas tomadas de decisão e escolhas lingüísticas dependem também de aspectos situacionais, contextuais e da variação lingüística, e, também, de elementos culturais e das diferenças existentes em meio ao público da interpretação. Aspectos diversos que constituirão a competência tradutória do ILS. (RODRIGUES, 2010, p. 6).

Dessa forma, apontamos enquanto fundamentos para a valorização e consolidação dos profissionais intérpretes: as pesquisas, os dispositivos legais e a formação, de acordo com cada contexto de atuação. Assim, não basta ser intérprete de língua de sinais para atuar em todo e qualquer contexto. É necessário que o profissional tenha uma gama de conhecimentos e competências específicas para interpretar em uma dada esfera, bem como reconheça que elementos sociais, políticos, econômicos e ideológicos subjazem o processo de interpretação, no qual as línguas são instrumentos de produção de discursos e sujeitos.

2 DISCURSO COMO FERRAMENTA HISTÓRICO-SOCIAL

O discurso, tal como pensado pelas teorias discursivas, é ponderado a partir de contextos históricos, sociais e políticos. Para nossas análises, tomamos como ponto de partida a Análise do discurso (AD) francesa, desdobramento de Michel Pêcheux, em um diálogo com as concepções de Michel Foucault. Nessa perspectiva, seguimos com as seguintes categorias conceituais: discurso, enunciado, história e prática de subjetivação³. Assim, intuímos entender como o discurso se movimenta em uma íntima relação com as práticas sociais na constituição de sujeitos.

2.1 Língua, discurso e sujeito

Na perspectiva da AD, a língua funciona como instrumento para mobilização de discursos construídos no seio social produzindo sentidos. Assim, “[...] analisar o discurso implica interpretar os sujeitos falando, tendo a produção de sentidos como parte integrante de suas atividades sociais” (FERNANDES, 2008, p. 15). Logo, a relação entre a língua e o discurso permite-nos a compreensão dos diversos lugares ocupados pelos sujeitos, ou seja, a posição-sujeito atravessada pela história em contextos específicos (FOUCAULT, 2014a).

Portanto, são nestes diferentes lugares de dizer, nas diferentes condições de produção discursivas que o discurso se materializa, cabendo ao analista, na Análise de Discurso, interpretar como se dá o funcionamento da linguagem, não apenas no caráter linguístico, mas, sobretudo, como um lugar representado de produção de sentido. (RUSSO, 2009, p. 40).

O processo tradutório-interpretativo das línguas de sinais para as línguas orais (sinal – voz) e das línguas orais para as línguas de sinais (voz – sinal) caracteriza-se pela transferência de conteúdo, mas não se esgota nela. Trata-se de uma ação entre línguas e sujeitos.

[...] no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. (ORLANDI, 2013, p. 21)

³ Ações que produzem os sujeitos a partir do entrelaçamento de práticas discursivas e não discursivas, as quais compõem os dispositivos em uma intrínseca relação com o poder. (FOUCAULT, 2016)

Na perspectiva da Análise de Discurso francesa, afirmamos que a atuação dos tradutores e intérpretes de língua de sinais perpassa pelas concepções construídas em torno desse profissional, que atua ativamente na relação dialógica entre outros surdos e ouvintes. Na interpretação da Libras para língua portuguesa, a interação entre sujeitos sinalizantes e intérpretes produz discursos e verdades sobre essa atividade interpretativa que permeiam outros fatores, não apenas aspectos linguísticos.

Os discursos que os sujeitos produzem podem demonstrar elementos que os subjetivam. Observamos, portanto, diferentes lugares de fala, diferentes posições discursivas. O sujeito da concepção discursiva aos moldes da AD é um sujeito social, institucionalizado, que assimila os discursos propagados e, portanto, é construído por outros dizeres, outras vozes, demarcando uma heterogeneidade de discursos (FERNANDES, 2008).

Nessa perspectiva, o intérprete de Libras é tomado como um lugar de onde emanam diferentes discursos e suas condições de emergência. Assim, o enunciado linguístico-discursivo que discursiviza a interpretação simultânea da Libras para a língua portuguesa como sendo o processo mais difícil é analisado a partir de diversos olhares e condições sociais, variados fatores histórico-ideológicos que produzem subjetividades.

Além disso, as produções discursivas surgem da relação com outro sujeito social, os surdos, à medida que as discussões teóricas da tradução e interpretação de sinais se fazem possível porque há um sujeito surdo que necessita da acessibilidade em língua de sinais. Assim, quando buscamos delinear a história categoria relevante para a compreensão de discursos, chamamos às análises o percurso histórico vivido pelos surdos em diferentes momentos.

Nas malhas da história, os discursos são praticados no interior de campos de saber, no caso desse trabalho, no campo disciplinar da Libras e dos temas que origina. Analisar os discursos, nessa perspectiva, é pensar os saberes produzidos segundo regras sociais específicas, ordens do discurso (FOUCAULT, 2014b) que não são fixas, mas instituídas conforme os saberes instituídos em determinadas sociedades. Pensar, por exemplo, como se dava a concepção social acerca das pessoas surdas antes e depois da década de 1980, permite-nos compreender os discursos de intérpretes atuantes nos diversos períodos marcados por ordens discursivas diferenciadas sobre a inclusão.

Desse modo, Fischer (2013) afirma que a língua materializa discursos produzidos por sujeitos autorizados por essas regras, a partir dos quais podemos identificar os diferentes lugares de fala de onde emergem discursos diversos.

Assim, aquilo que algumas pessoas proferiram, a propósito de certo fato ou assunto, será visto não como afirmação individual e soberana de “sujeitos da própria história”, mas antes como um conjunto de enunciações, numa dada cena – minúsculas construções linguísticas analisadas por dentro de um certo discurso (literário, econômico, pedagógico, religioso, etc). (FISCHER, 2013, p. 133-134).

Nesse sentido, os sujeitos aparecem como fabricação discursiva ao mesmo tempo que mobilizam os discursos. Analisar os enunciados linguístico-discursivos proferidos, então, é traçar relações históricas, pensar como os discursos circulam autorizados por saberes singulares e atravessados por instituições sociais (DIAS, 2018).

2.2 Discurso e enunciado como práticas sociais

Sendo o discurso passível de circulação e produção de sentidos, partimos da concepção que se trata de uma prática (FOUCAULT, 2014a). Os ditos são, assim, retomados, negados, silenciados, a depender das condições de existência. Falar da prática discursiva permite atrelar os saberes instituídos a relações de poder peculiares a determinadas ordens sociais (FISCHER, 2013). Desse modo, as práticas discursivas originam saberes como também são produzidas por ele (DIAS, 2018).

Sendo assim, afirmar que interpretar da língua de sinais para língua portuguesa é mais difícil consiste em uma prática discursiva oriunda do campo de saber da tradução e da interpretação mobilizada por profissionais que, autorizados pelos saberes da prática, possuem poder para instaurar esse discurso, torná-lo repetível, regular. Consoante Foucault (2014b, p. 50), “Deve-se conceber o discurso [...] como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade”.

Nessa linha, a prática discursiva é materializada nos enunciados, os quais aparecem como acontecimentos na teia histórica-social, a partir dos quais é possível compreender o porquê do aparecimento de determinados enunciados (DIAS, 2018). Na análise discursiva, o mesmo enunciado ganha sentidos diversos a depender da posição-sujeito, da coerência histórica, das relações discursivas com outros enunciados, enfim de um jogo enunciativo que

passa pela língua, mas não se esgota nela. “Os enunciados surgem, assim, numa inscrição histórica de acordo com cada campo do saber, a partir do cruzamento de práticas discursivas e práticas sociais” (DIAS, 2018, p. 28).

Nessa concepção, Foucault traz à mesa dos debates a necessidade de rupturas diante da seleção de fatos sociais a serem descritos nas análises, isto é, a perspectiva histórica positivista passa a ser questionada como ciência rígida focada na continuidade dos grandes acontecimentos. A história serial (FOUCAULT, 2014a) valoriza os saberes sujeitados, marginalizados, para compreender as práticas discursivas, as condições de aparição.

A história serial permite de qualquer forma fazer aparecer diferentes estratos de acontecimentos, dos quais uns são visíveis, imediatamente conhecidos até pelos contemporâneos, e em seguida, debaixo desses acontecimentos que são de qualquer forma a espuma da história, há outros acontecimentos invisíveis, imperceptíveis para os contemporâneos e que são de um tipo completamente diferente. (FOUCAULT, 2008, p. 291).

Essa conjuntura histórica relativiza as verdades impostas discursivamente, possibilitando ao analista seguir caminhos de análise sobre um determinado objeto. Na teia da história, os enunciados se dissipam e ganham leituras distintas em um caleidoscópio discursivo (DIAS, 2018), a partir do qual diferentes interpretações podem ser traçadas. Assim, na concepção foucaultiana, segundo Fischer (2013, p. 138), “[...] tratar do discurso é tratar de uma história, de um fragmento da história, num certo campo de saber [...]”.

O enunciado, inserido nas malhas da história, possibilita uma ativação da memória, ou seja, um diálogo com o passado e uma prospecção futura, em que outros enunciados podem ser acionados de maneira a se complementarem, se excluírem ou simplesmente silenciarem. Desse modo, ao analisar os enunciados proferidos pelos sujeitos desta pesquisa, podemos identificar o cruzamento de outros discursos, adentrar em outros campos associativos, a que Foucault (2014a) chama domínio de memória. Diante do enunciado linguístico-discursivo sobre a dificuldade de oralização de um texto sinalizado é possível empreender diferentes análises dos porquês de sua ocorrência, considerando os sujeitos envolvidos e as relações discursivas descritas.

O emaranhado discursivo presente no domínio de memória é mobilizado por uma rede de saberes, que, por sua vez, possui estreito vínculo com o poder. Dito de outro modo, as práticas discursivas são mobilizadas socialmente, portanto, respondem a determinadas regras e sujeitos. Não se trata de descrever a interpretação da Libras para a língua portuguesa

linguisticamente, mas compreendê-la no interior de práticas sociais, culturais, políticas, históricas e ideológicas.

2.3 Dispositivos e experiências na produção de discursos

O alinhamento entre as práticas discursivas e as práticas não discursivas é o que Foucault (2016) denomina de dispositivo. Trata-se do que é dito e do não dito, do enunciável/silenciado e do (in) visível. Desse modo, a análise dos discursos sobre a interpretação sinal-voz compreende os dizeres, dispositivos de controle e a produção de subjetividades. O discurso que se movimenta, a fala que se difunde, a prática discursiva autorizada por saberes tem o poder de constituir o sujeito. O discurso é um dispositivo de poder e uma prática de subjetivação.

Em *Microfísica do Poder*, Foucault (2016) deixa mais compreensível sua ideia. Para o autor, o dispositivo é estratégico, traduz-se como “[...] estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles. [...] é discursivo e não discursivo” (FOUCAULT, 2016, p. 367). Portanto, acerca da dinâmica de interpretar um texto sinalizado para a língua portuguesa, podemos verificar discursos mobilizados no campo de saber da área de Libras, instituídos a partir do processo de inclusão e empoderamento da pessoa surda, gerando subjetividades dos sujeitos intérpretes de Libras que influem diretamente na atividade interpretativa.

O dispositivo aparece como prática de subjetivação dos intérpretes de Libras, tomando como verdade o discurso instituído e gerando tomadas de decisão que se consolidam com as experiências. Nesse ponto, dialogamos com a noção de focos de experiência (FOUCAULT, 2010), o qual se alicerça em três elementos: um saber, as matrizes normativas e os modos de existência. Temos então, os saberes sobre a interpretação, as orientações a serem seguidas para uma boa atuação e as diferentes formas de ação dos sujeitos. Considera-se, assim, o valor das experiências vividas historicamente, das situações-problemas que produziram subjetividades. “Não se trata de descobrir a verdade a partir do sujeito, mas de estudar, os jogos de verdade e as práticas concretas com base nas quais o sujeito se constitui historicamente” (LÓPEZ, 2011, p. 46).

Esse processo de subjetivação se dá em uma dada cultura mobilizada pelos discursos. Os sujeitos emergem assim como efeitos das construções discursivas. Dessa forma, as subjetividades dos intérpretes de língua de sinais são atravessadas pelos focos de experiência, assim como pelos acontecimentos seriados acerca da inclusão dos sujeitos surdos e, principalmente, pelo estabelecimento do status linguístico da Libras (DIAS, 2018). Isso nos permite considerar que na prática interpretativa simultânea da Libras para a língua portuguesa, não entram em cena apenas as diferenças estruturais, mas uma relação de poder entre os sistemas linguísticos, entre os sujeitos da interação e subjetividades historicamente construídas.

3 CAMINHOS DA PESQUISA

Tendo em vista os aportes teóricos da Análise do Discurso francesa e de contribuições foucaultianas, não é comum, em trabalhos nessas linhas, traçar uma descrição metodológica mais sistemática. Porém, buscando responder à ordem do discurso acadêmica, delineamos brevemente características que enquadram este estudo nos paradigmas metodológico-científicos.

3.1 Caracterização geral

O presente trabalho possui natureza qualitativa, considerando que não objetiva o registro numérico, visa à compreensão de uma dinâmica social (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). O viés teórico desta pesquisa, direcionado a uma abordagem de análise discursiva, não gera uma metodologia pronta e acabada, assim como o próprio referencial epistemológico funciona como ferramenta para interpretação dos dados. Logo, como afirma Severino (2007), a abordagem qualitativa está mais direcionada às bases epistemológicas do que às especificidades metodológicas.

Nesses moldes, inicialmente realizamos um levantamento bibliográfico, no qual selecionamos e estudamos materiais teóricos que versam sobre o tema. Em seguida, consolidamos a coleta dos dados. O corpus de análise foi obtido a partir de questionários eletrônicos (formulários google), cujas perguntas foram estruturadas, porém permitindo respostas abertas, possibilitando, assim, uma fluidez na escrita dos sujeitos que se dispuseram a responder. Essa espécie de coleta de dados se deu pela necessidade de manter o anonimato dos sujeitos, por questões éticas, e o alcance dos intérpretes de Libras, ou seja, o link foi disponibilizado em um grupo do aplicativo WhatsApp do qual participam intérpretes dos diversos Estados brasileiros, validando as análises empreendidas, ainda que não possamos identificar qual o local de origem.

Quanto ao *corpus* na AD, Orlandi (2013, p. 63) afirma:

Assim, a construção do corpus e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca das propriedades discursivas. Atualmente, considera-se que a melhor maneira de atender a questão da constituição do corpus é construir montagens discursivas que obedecem critérios que decorrem de princípios

teóricos da análise do discurso, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão. (ORLANDI, 2013, p. 63).

Ainda consoante a autora, o corpus “[...] resulta de uma construção do próprio analista” (ORLANDI, 2013, p. 63). Nessa linha, disponibilizamos os formulários e quando tínhamos vinte respondidos, fechamos para recebimento de respostas. Essa quantidade foi aleatória, tendo em vista que esta pesquisa não possui natureza quantitativa. Dentre os vinte, não selecionamos alguns específicos com todas as questões para analisar, mas fomos selecionando respostas entre os formulários que nos possibilitasse costurar nossas análises, face aos objetivos propostos e às categorias conceituais apresentadas a seguir.

3.2 Categorias teórico-metodológicas de análise

Na análise dos enunciados linguístico-discursivos a teoria se faz constante, caminhando lado a lado com a metodologia. Consoante Orlandi (2008, p. 67), “[...] a Análise do Discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao corpus e análise”. Nessa direção, apresentamos em seguida as principais categorias conceituais que foram utilizadas no processo interpretativo dos dados.

De posse da materialidade linguística obtida com as entrevistas, a primeira categoria de análise centrou-se no recorte (FERNANDES, 2008): seleção de fragmentos que possuem uma relação discursiva. Nesse momento, com base nos objetivos que elencamos, e segundo o olhar da pesquisadora, realizamos as escolhas de enunciados que possuem formulações discursivas sobre a dificuldade de interpretação da Libras para a língua portuguesa. Esse procedimento foi realizado após a leitura dos enunciados registrados nos formulários e durante o processo de análises outras relações foram emergindo.

Outra categoria de análise é a regularidade discursiva e, consequentemente, a dispersão. Nesse ponto, é necessário identificar que enunciados são recorrentes e quais divergem. Dito de outra forma, identificamos se há reincidência ou não do discurso oriundo da problemática, assim como se outros discursos participam dessa conexão, ativando a categoria do domínio de memória (FOUCAULT, 2014a). “Nesse ínterim, há uma relação que envolve os sujeitos, passa pela história, implica um campo correlato, e envolve a materialidade do enunciado” (FERNANDES, 2008, p. 67).

Por fim, trabalhamos com o trajeto temático, que aciona o conceito de memória e permite identificar temas diante do descolamento de sentido sob a ótica de diferentes sujeitos. Segundo Guilhamou e Maldidier (1997), o trajeto temático são os caminhos possíveis de dizeres, que no nosso estudo são assim resumidas: as posições-sujeitos de onde partem os enunciados; o fator linguístico como dispositivo de controle presente na interpretação da Libras para a língua portuguesa; e os fatores situacionais como convergência das relações de saber-poder.

Sendo assim, de posse dos enunciados linguístico-discursivos, fazendo constantes revisitações ao corpus e à teoria, tendo em vista trajetos temáticos especificados e recortes realizados, pudemos analisar o discurso em uma relação estreita com as práticas sociais. Essa dinâmica fundamentou a tentativa de compreensão da prática discursiva sobre a dificuldade encontrada para verter um texto sinalizado para a língua oral, em uma ação que permeia práticas não discursivas oriundas das línguas, mas não se limitam a elas.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, buscaremos analisar os enunciados linguísticos e discursivos manifestados nos formulários aplicados com intérpretes de Libras. Cabe salientar que a materialidade linguística serve de base para as análises, mas seguimos a concepção de enunciado inscrito em uma ordem discursiva, que ativa o domínio de memória da área de Libras e sujeitos inscritos na história. Assim sendo, seguiremos os trajetos temáticos apontados, iniciando por aquele que nos permite identificar os lugares de fala dos sujeitos intérpretes de Libras que responderam os questionários.

4.1 Posições-sujeito e as ordens discursivas

Considerando que o discurso é praticado por alguém a partir de algum lugar, iniciamos nossas discussões com a caracterização das posições-sujeito dos entrevistados, segundo a categoria tempo de atuação, de maneira a destacar pelo menos dois grupos: intérpretes com mais tempo de atuação e intérpretes mais recentes. Considerando ainda que o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, representa o primeiro documento que orienta sobre o perfil da categoria, então dividimos em intérpretes que atuaram antes e depois da promulgação. Vejamos a tabela 2, com o resumo desses dados.

Tabela 2: Tempo de atuação na área

POSIÇÃO-SUJEITO 1	POSIÇÃO-SUJEITO 2
Até 13 anos de experiência	De 14 a 20anos de experiência
2006 até os dias atuais	Iniciou entre 1998 a 2005
Período pós Decreto nº 5.626 / 2005	Período anterior ao Decreto nº 5.626626 / 2005

Fonte: elaborada pela autora.

De acordo com a tabela 2, verificamos intérpretes de Libras que compõem o início dessa atuação no Brasil e o outro com um perfil mais recente na área, o que nos leva ao percurso histórico da atuação da categoria, presente no domínio de memória do processo de inclusão das pessoas surdas. Até a década de 1980, a surdez era analisada pelo olhar

patológico e as línguas de sinais, ainda que já houvesse estudos como o de William Stokoe (1960), não tinham status social em uma sociedade em que a língua majoritária é a língua oral. Esse panorama representa a inacessibilidade de surdos nos diversos setores, inclusive como sujeito de fala, portanto representando a invisibilidade dos tradutores e intérpretes de línguas de sinais.

As primeiras atuações dos intérpretes deram-se nos âmbitos religiosos (RUSSO, 2009; LACERDA, 2010; SANTOS, 2012) a partir de um discurso de evangelização de surdos, em uma concepção mais humanitária, portanto uma posição-sujeito de evangelizador entrecruzando-se com um voluntário⁴. Apenas na década de 1990, os primeiros cursos de formação foram surgindo, tendo como instituição mobilizadora desse processo a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS) (QUADROS, 2004; RUSSO, 2009; LACERDA, 2010; MARTINS E NASCIMENTO, 2015). Desse período em diante, os cursos de formação se expandiram, mas somente em 2008, pela UFSC, foi estabelecido um curso de graduação na área de tradução e interpretação de Libras/Língua Portuguesa.

Todo esse movimento está associado à perspectiva social acerca dos surdos debatida no campo de saber da inclusão. Consoante Dias (2018), o processo de profissionalização dos intérpretes de Libras acompanhou a direção da educação especial pensada pelo viés da diferença. “Se o plano discursivo no qual se aloca a surdez não tivesse sofrido rupturas, a figura do tradutor e do intérprete de língua de sinais não teria sentido e, podemos ousadamente elucubrar, nem mesmo surgido” (MARTINS; NASCIMENTO, 2015, p. 84).

A contextualização do processo de inclusão dos surdos mobiliza práticas não discursivas: momentos de debate sobre as reais necessidades dos surdos; movimentos de luta, liderados pelas associações e outras instituições representativas; promulgação de documentos garantidores dos direitos reclamados; avanços de pesquisas, etc. Nessa perspectiva, a Libras ganhou status linguístico, a pessoa surda passou a ocupar diversos setores sociais e ter direito à acessibilidade comunicativa. É esse ambiente que fundamenta a emergência dos intérpretes de Libras para além de um voluntariado ou de uma evangelização para ocupar uma posição-

⁴ Nesse ponto, deixamos claro que atuar na igreja não necessariamente funciona de forma gratuita. Do mesmo modo, para atuar como voluntário não necessariamente precisa ser nas instituições religiosas. Logo, estabelecemos como papéis sociais distintos. Para exemplificar, destacamos a resposta de um dos sujeitos que responderam o formulário: “Profissionalmente em conferências cobrando a hora por atuação e Voluntário, comunitário para amigos surdos”.

sujeito mais profissional, demarcada legalmente pelo Decreto nº 5. 626, de 22 de dezembro de 2005.

Cabe salientar, no entanto, que a permuta de papéis sociais (evangelizador, voluntário, profissional) não se deu de modo estanque, ou seja, não se excluíram e podem ocorrer até hoje. A realidade dos sujeitos intérpretes que responderam ao questionário é bastante mista, existindo intérpretes bem recentes na área, mas que iniciaram como voluntários e evangelizadores, assim como de intérpretes mais antigos que iniciaram da mesma forma e também atuam profissionalmente, como verificamos no recorte exposto na tabela 3.

Tabela 3: Descrição do início da atuação

TEMPO DE ATUAÇÃO	PROFISSIONAL OU VOLUNTÁRIO	RELATO RESUMIDO
1 ano e meio	Voluntário	Iniciei na igreja. Logo após, passei no curso de Letras/Libras, procurei cursos de Libras para melhorar e ampliar meus conhecimentos na área da tradução e interpretação, fiz formação para intérprete, interpreto em palestras e eventos e quero cada dia mais ajudar o surdo na inclusão dentro da sociedade.
19 anos	19 anos – voluntário 17 anos – profissionalmente	Na igreja Batista. Religioso voluntariamente, mas profissionalmente na Educação, empresas, eventos e etc.
12 anos	Profissionalmente	Iniciei como uma oportunidade de complemento de renda à outra atividade profissional. Hoje atuo somente como TILSP.

Fonte: elaborada pela autora.

A partir dos relatos, percebemos que o âmbito religioso continua operando na emergência de intérpretes de Libras, ainda que este não seja o único perfil do grupo pesquisado. O terceiro caso da tabela 2 (com 12 anos de atuação) abre a discussão para essa temática. Martins e Nascimento (2015), em uma pesquisa sobre o novo perfil dos tradutores e intérpretes de Libras, atestaram a reconfiguração do campo da interpretação, proveniente da dinâmica histórica de lutas e resistências do movimento surdo que resultou na concepção da surdez pelo viés cultural e linguístico. Essa discursivização deu visibilidade à área e às políticas públicas voltadas às pessoas surdas, consequentemente, uma dinâmica

mercadológica surgiu com a necessidade de formação de profissionais tradutores e intérpretes de Libras/Língua Portuguesa.

A transformação histórica da socialização das pessoas surdas permitiu o acesso desses indivíduos aos diversos campos de saber, tendo como principal espaço os ambientes educacionais. Nesse sentido, pouco a pouco os sujeitos passaram a ocupar lugares de expressão, puderam ser sujeitos participantes nas relações sociais e nos debates instituídos em contextos variados, a partir dos movimentos de resistência e nos quais os focos de experiências foram gerados e permitindo que os surdos se manifestassem sobre a língua e na língua de sinais.

A surdez é um bom exemplo de “foco de experiência”, quando a aparição de intérpretes e tradutores de língua de sinais só se faz em determinado momento histórico, emergindo colado a uma nova discursividade. É quando o campo ganha novos contornos, para além da visão clínica, numa discursividade antropológica e linguística, tendo a língua de sinais como foco de resistência, por representar a língua de uso das comunidades surdas que há aparição de sujeitos mediadores de uma língua de sinais (reconhecida pela Lei 10.436/02) para uma língua oral e vice e versa. (MARTINS; NASCIMENTO, 2015, p. 81)

Dessa dinâmica, inferimos a ampliação da demanda para interpretação das línguas de sinais para as línguas orais, tendo em vista a ruptura do paradigma patológico possibilitando às pessoas surdas ocuparem o lugar de fala nos discursos produzidos.

De acordo com as descrições apresentadas nas tabelas e com as análises até aqui realizadas, podemos afirmar que os sujeitos fazem parte de momentos sócio-históricos diferentes, que demarcam ordens discursivas e verdades construídas distintas (FOUCAULT, 2014b). Nessa linha, intuimos compreender os lugares de fala de onde advêm as condições de existência do discurso de interpretação da Libras para a língua portuguesa, conhecer o contexto social que fazem parte os sujeitos pesquisados.

O objetivo é, portanto, afastar-se de uma concepção segundo a qual o acesso a determinados testemunhos ou respostas a questionários, por exemplo, nos conduziriam *per se* a uma verdade, de um sujeito indiviso e completo. No lugar disso, Foucault nos aponta que se trata de “posições do sujeito” [...]. Ora, essa posição se dispersa em várias cenas enunciativas, que o analista do discurso se encarregará de descrever. O importante é mostrar essa multiplicação do enunciado, nesse caso, a partir das posições de sujeito. (FISCHER, 2013, p. 134)

Assim, verificamos perfis e contextos históricos diferenciados, que podem levar a ideias distintas sobre a prática discursiva que afirma ser mais difícil a interpretação da Libras para língua Portuguesa. A análise das materialidades linguísticas sobre essa questão constitui nossa próxima discussão.

4.2 Um olhar para o dispositivo linguístico

Quando indagamos sobre as dificuldades de interpretação da Libras para a Língua Portuguesa, ativamos as discussões sobre o dispositivo linguístico como ferramenta das relações sociais e intimamente ligado à constituição de sujeitos na produção de discursos (ORLANDI, 2013). Sendo assim, cada sujeito é oriundo de uma ordem discursiva e histórica que os permite experiências diversas e, portanto, opiniões distintas no que se refere à temática objeto de nossas análises.

A tabela 4 apresenta a sistematização das respostas que focam na estrutura linguística das línguas envolvidas⁵.

Tabela 4: O dispositivo linguístico presente nos discursos

PERGUNTA	RESPOSTAS
Comumente, repetimos a ideia de que interpretar da Libras para a Língua Portuguesa é mais difícil. O que você pensa sobre isso?	É preciso compreender a estrutura das línguas envolvidas .
	Penso que é de fato. Pois a estrutura da Língua de Sinais é diferente da Língua Portuguesa . Então, precisaremos assim de um bom vocabulário para construir o discurso do sujeito surdo.
	Eu penso que nas nossas formações é necessário mais dedicações a esse tipo de tradução. Na minha formação em particular tivemos bastante material e treinamento para a interpretação para língua oral, dando mais segurança na minha atual atuação . Afinal, para sermos bons intérpretes é preciso ter um vasto conhecimento das duas línguas , a partir do momento que estudamos e temos um bom léxico nas duas línguas, o processo se torna mais fácil.
	Enquanto discurso, reconheço que esse é um assunto recorrente. Apesar disso, não concordo com essa categorização de imediato . Acho que existem muitos outros fatores que impactam a tradução, como a coesão do que está sendo sinalizado e o uso padrão (para não dizer "correto") da língua , seja por surdos, seja por ouvintes.
	Em minha opinião não acho difícil nenhuma das versões . Para mim a interpretação é a mesma, a diferença está na modalidade. A diferença da Libras para o português está na organização semântica , no entanto é possível com tranquilidade.

⁵ Aproveitamos para lembrar que não é nosso objetivo, e nem temos espaço em uma pesquisa de TCC, analisar cada um dos enunciados e esgotar as discussões. Portanto, apesar de tabelarmos as respostas, durante as análises faremos discussões pontuais com base naquelas que convergem para nossos trajetos temáticos.

PERGUNTA	RESPOSTAS
Comumente, repetimos a ideia de que interpretar da Libras para a Língua Portuguesa é mais difícil. O que você pensa sobre isso?	Penso que a estrutura da língua portuguesa dificulta a interpretação pra essa a partir da libras, mas que com treino e estudo o nível de dificuldade das duas direções podem se igualar. É mais nervosismo e medo da maioria que gera esse comentário, muitas vezes feitos por pessoas que não compreendem a libras claramente.
	Geralmente alguns intérpretes afirmam. Talvez seja pela estrutura da Libras que se distingue da Língua Portuguesa, não seguindo a sequência sujeito-verbo-objeto. Digo que devemos ter competência suficiente para fazer a voz do surdo , tratando de uma extrema responsabilidade. Torna-se difícil se nos acomodarmos. Mas se pesquisarmos, termos um vasto conhecimento do léxico da Língua Portuguesa, sinônimos e afins, não haverá dificuldade.
	Acredito que não é mais difícil, isto está associado ao domínio da Língua Portuguesa e o repertório lexical .
	Não há cursos que nos auxiliem nas técnicas de tradução oral nas cidades interioranas. Fazemos conforme nossa experiência e leituras próprias .
	Penso que é um estereótipo alimentado pelo pouco domínio das particularidades da Libras e pela dificuldade em reorganizar uma língua de construção simultânea(Libras) em um língua de construção linear(português) , e também por algumas diferenças das línguas que forçam o TILSP a ter estratégias mais elaboradas para manter a mensagem sem omitir ou acrescentar conteúdo, por exemplo, os surdos que sinalizam sem marcar gênero.

Fonte: elaborada pela autora.

Como podemos observar, o discurso sobre a interpretação da Libras para a língua portuguesa traz à mesa dos debates a diferença de modalidade das línguas envolvidas: de um lado uma língua oral e auditiva, de outro uma língua visual e sinalizada. Fazer a interpretação, e não importa a direção, exige conhecer as peculiaridades quanto à estrutura e as possíveis estratégias a adotar, de modo que o trabalho se efetive satisfatoriamente. Rodrigues (2013), investigando os efeitos da diferença de modalidade na interpretação simultânea, evidenciou que esse é um fator de impacto no ato interpretativo “[...] exigindo dos intérpretes um monitoramento consciente dos elementos e das estratégias que a modalidade gesto-visual possibilita” (RODRIGUES, 2013, p. 267).

O dispositivo linguístico é, então, uma ferramenta na reiteração (ou não) da dificuldade de oralizar um texto sinalizado. Os sujeitos da pesquisa possuem posições

diferenciadas de acordo com a relação que tem com a língua de sinais e com a língua portuguesa. A percepção emana, em alguns casos, considerando que na Análise do Discurso não se trata com generalizações, as vivências dos indivíduos: *Na minha formação em particular tivemos bastante material e treinamento para a interpretação para língua oral, dando mais segurança na minha atual atuação; Não há cursos que nos auxiliem nas técnicas de tradução oral nas cidades interioranas. Fazemos conforme nossa experiência e leituras próprias.*

Com base nos fragmentos citados, afirmamos que a atividade interpretativa se constitui com a prática e mostra duas situações à primeira vista contrárias, mas que convergem para o mesmo ponto: as matrizes normativas e os modos de existência dos sujeitos que compõem os focos de experiência (FOUCAULT, 2010). O primeiro enunciado foi exposto por um sujeito intérprete atuante há três anos e que passou por cursos de formação, ou seja, faz parte de uma realidade em que muitos materiais e cursos já existem, o que o faz ter mais segurança para interpretar da Libras para a Língua Portuguesa. O segundo excerto foi enunciado por um sujeito que atua na área há 12 anos, oriunda de um contexto social em que a prática leva ao aperfeiçoamento e aprendizagens.

Dito de outro modo, à medida que os surdos foram ocupando espaços, a atuação dos intérpretes de Libras foram se expandindo e os cursos de formação surgindo, assim como as pesquisas. Se antes da década de 1990 não havia normas regulamentadoras, regras regimentadas ou quaisquer outros parâmetros, a realidade atual é outra. Desse modo, geraram matrizes normativas que hoje podem contribuir para a atividade interpretativa e para ações dos sujeitos diante dessas matrizes.

Toda essa discussão se relaciona à competência linguística necessária ao intérprete de Libras, é o que os sujeitos pesquisados apontam como conhecimento do léxico. Isso permite uma organização *coesa* e coerente do discurso sinalizado para o texto oral, em que é necessário um *domínio e repertório lexical da língua portuguesa*, como há em uma das respostas. A partir dessas afirmações, traçamos um paralelo entre o conhecimento linguístico e os diversos contextos de atuação, ou seja, cada contexto possui terminologias e especificidades que exigem do intérprete bagagens específicas no que concerne a sua formação (RODRIGUES, 2010).

O dispositivo linguístico atua, assim, como instrumento de regulação e produção de saberes, ou seja, tendo a língua como instrumento de trabalho, o intérprete de Libras se vê diante da necessidade de ampliar os conhecimentos e as habilidades imprescindíveis para a atividade interpretativa. Nesse processo, porém, a produção de saberes linguísticos não é suficiente para interpretar.

Contudo, como um profissional da tradução e da interpretação – como ILS – este saber sobre o uso das línguas torna-se diferente, pois os ILS precisam de outros saberes sobre as mesmas como: as metalinguagens, as metáforas, as paráfrases, enfim, de tudo o que a língua, em seu sentido discursivo abarca, na tentativa de obter um resultado positivo de seu trabalho de interpretar. E aqui não apenas a ação profissional de interpretar, mas também em seu sentido discursivo, de produzir sentidos. (RUSSO, 2009, p. 78)

Compreendendo que o conhecimento linguístico das línguas envolvidas é imprescindível, mas não basta, seguimos nossas análises pensando nos fatores situacionais, para além da estrutura linguística, nosso terceiro trajeto temático.

4.3 Das relações de poder às subjetividades

Neste tópico, partimos do pressuposto de que os discursos se constituem no social e “[...] envolvem questões de natureza não estritamente linguísticas” (FERNANDES, 2008, p. 13). Sendo assim, identificamos outros enunciados linguístico-discursivos que apontam para as relações de poder⁶ existentes nas interações humanas.

Primeiramente, vamos aos espaços de atuação e suas interferências, buscando analisar como os diferentes contextos funcionam como palco para as relações de poder. As respostas levaram nossas análises para a categoria saber-poder, ou seja, os contextos de atuação exigem conhecimentos referenciais necessários para que intérpretes atuem de forma qualitativa, inclusive realizar o sinal-voz.

[...] é necessário garantir aos surdos o acesso aos diversos espaços sociais por meio do tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa e, dessa maneira, ele estaria incluído, de igual para igual com o ouvinte. O TILP, por sua vez, é avaliado pelo saber ou não a Língua Brasileira de Sinais e é subjetivado a partir desse processo de inclusão. No entanto, isso não se dá de maneira tão simples como as políticas públicas fazem parecer; a relação saber-poder na área de Libras eclode num diálogo com outros campos de saber. (DIAS, 2018, 38).

⁶ Seguimos a concepção de Michel Foucault (2016) para quem não há um poder central, mas micropoderes existentes nas diversas relações sociais.

Nesse sentido, vejamos na tabela 5, os enunciados que nos possibilitam adentrar na questão do saber referencial necessário para o intérprete atuar em campos de atuação diversos.

Tabela 5: Enunciados sobre os contextos de atuação

PERGUNTA	RESPOSTAS
Que campos de atuação você interpreta? Isso influi na sua prática de interpretação da Libras para a língua portuguesa?	Em contexto educacional: em uma universidade federal e em uma escola bilíngue. O contexto em si não penso ser tão impactante, apesar sinalizo que, por ter uma longa vivência nesse ambiente , acredito ter um bom conhecimento referente , e isso sim penso que certamente facilita o processo citado.
	Âmbito acadêmico. Influi de maneira positiva, pois atuo nos cursos de Pedagogia e Licenciaturas diversas. Como sou Pedagogo, me sinto mais a vontade no ato interpretativo .
	Interpreto em contexto religioso e em palestras da área educacional. Todo conhecimento produzido em qualquer contexto de interpretação influi e nos proporciona uma habituação de diversas áreas do conhecimento, contribuindo assim com nossa prática de interpretação sinal-voz .
	Em todos os campos isso influi sim, nos força a treinar outras habilidades .

Fonte: elaborada pela autora.

O que entra em cena é, mais uma vez, a prática. Nesse ponto, dialogamos com o discurso de formação profissional, sendo um fator que contribui bastante para o aperfeiçoamento da interpretação, inclusive com subsídios linguísticos. No entanto, é preciso ter um olhar mais amplo.

[...] conhecer e dominar as diferenças linguísticas da Libras em relação ao Português é essencial à formação do ILS, mas não é o bastante, visto que suas tomadas de decisão e escolhas linguísticas dependem também de aspectos situacionais, contextuais e da variação linguística, e, também, de elementos culturais e das diferenças existentes em meio ao público da interpretação. Aspectos diversos que constituirão a competência tradutória do ILS. (RODRIGUES, 2010, p. 6)

Conhecer as temáticas que serão interpretadas é um aspecto situacional a ser considerado. Isso se dá com *a longa vivência* nos espaços de atuação e com o fato de pertencer à área de formação superior do intérprete (*sou Pedagogo*). Nesses dois casos, as experiências permitem a aquisição de saberes específicos que somadas ao saber prático autorizam os intérpretes de libras a realizar a interpretação sinal-voz (ou voz-sinal, a regra também se aplica) satisfatoriamente. No entanto, isso não garante o sucesso da interpretação, como destaca Balan (2013) sobre os fatores determinantes na tradução e interpretação das

línguas de sinais. O autor assinala, além de outros, o conhecimento prévio da mensagem e a competência na área do conteúdo a ser interpretado como essenciais para os intérpretes de língua de sinais. Porém, afirma também que ter esses aspectos não é certeza de uma boa interpretação.

Por fim, concluiu-se que conhecer e dominar as diferenças lingüísticas da Libras em relação ao Português é essencial à formação do ILS, mas não é o bastante, visto que suas tomadas de decisão e escolhas lingüísticas dependem também de aspectos situacionais, contextuais e da variação lingüística, e, também, de elementos culturais e das diferenças existentes em meio ao público da interpretação. Aspectos diversos que constituirão a competência tradutória do ILS. (BALAN, 2013, p. 132)

A pesquisa de Balan (2013) permite-nos um diálogo com outro discurso, segundo o qual é necessário que os intérpretes tenham o material (slides, tema, informações gerais) com antecedência, mas que, a partir de um lugar empírico, afirmamos que ainda é uma norma muito instável, na medida em que nem todos os intérpretes exigem ou nem todas as situações permitem o acesso prévio ao conteúdo a ser interpretado. Sobre isso, Balan (2013) traça como ação comum o fato de palestrantes de língua estrangeira levarem o próprio intérprete, caso os intérpretes disponíveis nos eventos não tenham domínio do assunto ou não sejam familiarizados com os sinais técnicos utilizados.

Na situação citada pelo autor, observamos a relação de poder existente entre palestrante e sinalizante construída por uma relação de confiança. Assim, o discurso sobre a dificuldade em realizar o sinal-voz perpassa também pela relação de poder com o sinalizante. Afinal, como aponta Fischer (2013, p. 126) sobre a abordagem discursiva de Foucault: “Não há como isolar, na sua concepção de discurso, aquilo que ele pensa sobre o sujeito e o que afirma sobre relações de poder”.

A interação sinalizante/intérprete foi um dos pontos que buscamos investigar e de onde intuímos costurar perspectivas discursivas que marcam as relações de poder entre os sujeitos ativos na prática interpretativa. Na tabela 6, elencamos os recortes para nossas análises acerca da temática.

Tabela 6: O sinalizante na análise discursiva da prática de interpretação

PERGUNTA	RESPOSTAS
O sinalizante pode ser surdo ou ouvinte. Isso faz diferença no processo interpretativo? Explique.	Acredito que não. Existem surdos que a sinalização é bem fluida e fácil de entender bem como existem ouvintes que não passam segurança na sua sinalização, dificultando bastante a compreensão para que seja interpretado.
	Sim, isso faz diferença. Normalmente o ouvinte sinalizará com a estrutura da Língua Portuguesa e como nós falamos. Já o surdo, precisaremos organizar seu discurso da estrutura da Libras para a Língua Portuguesa. E torna-se necessário ter um amplo vocabulário, além de saber usar as palavras adequadas de acordo com o discurso podendo ser formal ou informal.
	O fato do sinalizante ser ouvinte na minha opinião interfere em duas questões. Primeira que a sinalização às vezes fica meio truncada pq a pessoa está prestando atenção na interpretação que está sendo feita e nas escolhas das palavras. O que pode fazer com que ela se atrapalhe. Segundo, que a pessoa pode não ser fluente em Libras e/ou utilizar o português sinalizado. O que também dificulta o entendimento da sinalização.
	Não, mas depende do sinalizante ouvinte. Se este não se preocupar com o que o TILS está interpretando, penso que o trabalho fluirá com tranquilidade. Porém se este sinalizante ouvinte interferir no processo, pode nos atrapalhar.
	Sim. Pois cada um possui sua vivência. Se não houver uma conversa prévia e um conhecimento específico da área a ser interpretada, fica difícil. Acredito que até mais complicado o sinalizar ouvinte, pois muitas vezes ele olha para você pois vc não usou aquela palavra que ele pensou. Já surdo pode usar muitos vocabulários regionais, ou gírias que não são do conhecimento do intérprete.
	Acho mais fácil interpretar ouvintes, acredito que a organização da fala com influência da língua portuguesa, como eu mesmo tenho, facilita o entendimento e a organização da estrutura na língua alvo. Mas me deixa um pouco tenso saber que o palestrante está me ouvindo e que percebe meus erros.
	Quando é ouvinte e temos que fazer voz, dependendo, traz certo desconforto. Mas de modo geral é tranquilo.
	Sim. A estrutura gramatical de ambas as línguas são diferentes. A do ouvinte se aproxima segue a estrutura SVO. A do surdo não a essa sequência. Mas o intérprete deve estar preparado para ambas situações.
	Sim. Não gosto quando um ouvinte sinaliza, pois ele estará sempre escutando a minha voz e por vezes irá me corrigir por alguma questão de tempo verbal ou algum sinal similar... É complicado!
	Ouvinte sim me deixa mais preocupado por estar ouvindo.

PERGUNTA	RESPOSTAS
O sinalizante pode ser surdo ou ouvinte. Isso faz diferença no processo interpretativo? Explique.	Sim. Faz diferença! Estando com o surdo, acho que a interpretação, a depender do surdo, por conta das colocações em classificadores, a expressividade do surdo, e todo o contexto surdo, o intérprete precisa estar mais atento para que o discurso não fique empobrecido no vocabulário da língua portuguesa e não se perca a informação do que o surdo quer passar. E quanto ao sinalizante quando é ouvinte, acho que tende a um português sinalizado, na maioria das situações, o que torna menos complexo.
	Sim faz diferença pois o surdo tem característica própria de sinalizar diferente de um ouvinte .
	A estrutura linguística é diferente na (re)produção dos sinais. Tem diferença sim. O surdo é "dono" da língua e se apropria dela de forma distinta a de um ouvinte.
	Sim, faz muita diferença. O Surdo nem sempre tem uma construção clara, ou a ordem do discurso não colabora para a interpretação. O ouvinte normalmente tem uma construção/ordem de discurso mais fácil de se interpretar para língua portuguesa, mas o ouvinte se incomoda em "se ouvir" e nem sempre ouvir o mesmo que está pensando, isso pode gerar situações de redundância no discurso que poderá confundir o TILSP. Em ambos os casos a preparação técnica é fundamental para minimizar as intercorrências.

Fonte: elaborada pela autora.

Destacaremos duas perspectivas: o posicionamento diante do sinalizante ouvinte e o posicionamento diante do sinalizante surdo, situações em que o dispositivo linguístico, mais uma vez, é instrumento de discursivização da interpretação e das subjetividades presentes nos enunciados marcando relações de poder entre os sujeitos intérpretes e os sinalizantes.

O primeiro discurso centra na concepção sobre o sinalizante ouvinte. Assim, observamos a relação de saber-poder presente entre ouvintes, autorizada pelo domínio da língua portuguesa que conduz o processo de oralização. A relação saber-poder embasa práticas discursivas sobre um objeto (FOUCAULT, 2014a), no nosso caso, a interpretação da Libras para a língua portuguesa. Desse modo, o poder de fala (a posição-sujeito) do intérprete é oriundo de sua atuação profissional, portanto um sujeito imbuído de saberes que lhe dão o poder de oralizar. Por outro lado, temos o ouvinte que está sinalizando em uma segunda língua e que está ouvindo a interpretação e, consequentemente avaliando o discurso que está sendo produzido a partir de sua sinalização: *Ouvinte sim me deixa mais preocupado por estar ouvindo; Não gosto quando um ouvinte sinaliza; Acredito que até mais complicado o*

sinalizante ouvinte, pois muitas vezes ele olha para você pois vc não usou aquela palavra que ele pensou..

Dessa forma, os enunciados mobilizam discursos que põem em voga a sinalização dos ouvintes e a possível avaliação como prática não discursiva que faz da interpretação sinal-voz de sinalizantes ouvintes um palco de tensões que pode interferir na prática interpretativa. No enunciado a seguir, identificamos as duas situações.

O fato do sinalizante ser **ouvinte** na minha opinião **interfere** em duas questões. Primeira que **a sinalização às vezes fica meio truncada pq a pessoa está prestando atenção na interpretação que está sendo feita e nas escolhas das palavras**. O que pode fazer com que ela se atrapalhe. Segundo, que a pessoa **pode não ser fluente em Libras e/ou utilizar o português sinalizado**. O que também dificulta o entendimento da sinalização. (tabela 6, grifos nossos)

Voltamos ao ponto destacado por Balan (2013) que cita a relação de confiança com os intérpretes. Nesse sentido, as subjetividades dos intérpretes e dos sinalizantes são fatores potenciais na interferência da atividade interpretativa, gerando ruídos nas construções discursivas advindos do ato de avaliação da sinalização e da oralização. Por outro lado, essas práticas não discursivas silenciam o discurso que desvaloriza o poder de avaliação dos surdos abafada pela ausência de audição, o que leva a um poder de interferência maior nas produções discursivas dos surdos.

Ainda no que diz respeito aos ouvintes, por outro lado, há sujeitos intérpretes que consideram positivo um ouvinte porque sinaliza próximo da estrutura da língua portuguesa: *Acho mais fácil interpretar ouvintes, acredito que a organização da fala com influência da língua portuguesa, como eu mesmo tenho, facilita o entendimento e a organização da estrutura na língua alvo*. Essa dialoga para outro discurso também que perpassa presente no seguinte enunciado: *O surdo é "dono" da língua e se apropria dela de forma distinta a de um ouvinte*. O fato de ser um sinalizante surdo “dono” da língua de sinais baliza os discursos sobre a interpretação sinal-voz, assim como as relações de poder existentes entre surdos e intérpretes, em que, segundo Dinarte e Russo (2015), os intérpretes não possuem autonomia diante da língua de sinais e, portanto, não possuem flexibilidade no processo tradutório.

Por um lado, se deseja construir um perfil profissional, com seus parâmetros de atuação, mas, por outro, continua-se “bombardeando” a atuação dos TILS com discursos (leia-se, efeitos de discursos) advindos de outras propostas de atuação, já vivenciadas no passado (a ajuda, a caridade), ou, ainda, presentes em outras esferas de atuação social dos surdos (o surdo autônomo é, obviamente, responsável por sua vida, por suas escolhas, mas, definitivamente, não é “dono” de uma língua, ninguém

“possui” um sistema linguístico, senão metaforicamente). (DINARTE; RUSSO, 2015, p. 182).

O sinalizante surdo, porém, por vezes é posto como um elemento negativo: *O Surdo nem sempre tem uma construção clara, ou a ordem do discurso não colabora para a interpretação*. Esse enunciado retoma a discussão de Sousa (2010), que aponta, como um dos elementos pontuados pelos intérpretes diante da dificuldade de interpretar da Libras para a língua portuguesa, a falta de clareza do texto produzido pelas pessoas surdas, oriunda da ausência de proficiência linguística por parte de alguns sinalizantes surdos.

Essa prática discursiva traz visibilidade ao processo histórico de inclusão de surdos, os quais por muito tempo foram localizados à margem das discussões da própria condição social, inclusive do acesso à língua de sinais. Ter poder de fala diante de uma maioria ouvinte ao mesmo que ratifica o status linguístico da Libras e a conquista de direitos para os sujeitos surdos, autoriza outras problemáticas no que concerne à relação de poder entre surdos e intérpretes, advinda, muitas vezes, pelo engajamento (ou não) nos espaços frequentados pelas pessoas surdas. Esse aspecto tem gerado experiências que demarcam tensões entre esses sujeitos assinaladas por desconfianças, principalmente, com intérpretes atuantes já na fase de profissionalização (DIAS, 2018).

Conforme Martins e Nascimento (2015), muitos intérpretes de Libras emergiram das vivências com os surdos e, portanto, desenvolveram a prática em contato com os sujeitos surdos, realidade que têm se modificado com o mercado profissional.

[...] com a profissionalização e a tomada da língua de sinais de uma perspectiva acadêmica e, por consequência, mercadológica, os surdos passaram a não confiar nos intérpretes que possuíam formação universitária com o argumento de que essa formação era distante da realidade surda nas comunidades. Momento e tensão presentes na atualidade [...]. (MARTINS; NASCIMENTO, 2015, p. 103 - 104)

Santiago (2016) faz uma análise da interpretação da Libras para o português a partir do olhar do surdo palestrante. A surda entrevistada ressalta a importância da parceria com o intérprete de maneira que produzam discursos coerentes (sinalização/oralização). A autora assinala a importância do envolvimento no processo de interpretação e nas questões que o compõem, contribuindo com perspectivas que fortaleçam a relação entre sujeitos surdos e intérpretes na produção dos sentidos (SANTIAGO, 2016).

No processo de interpretação, subjazem também outros fatores situacionais, entre eles os subjetivos. Vejamos a tabela 7, com um recorte dos enunciados produzidos.

Tabela 7: Enunciados sobre possíveis fatores situacionais.

PERGUNTA	RESPOSTAS
<p>Que fatores situacionais (ambiente, público, estrutura, questões emocionais, etc.) podem interferir na sua prática de interpretação da Libras para a Língua Portuguesa? Você tem alguma experiência para contar?</p>	<p>Acredito que fluência do surdo ou do ouvinte que esteja sinalizando. A questão emocional também pode ser uma barreira, visto que pode ter a impressão de que quem tá escutando sua interpretação esteja te julgando.</p>
	<p>Nervosismo. Quando estou nervoso costumo falar "né". Dá um receio interpretar falantes não fluentes em Libras.</p>
	<p>Todas. Penso que somos pessoas antes de qualquer coisa e temos muitas variáveis em jogo durante nossa atuação profissional. Eu trabalho nos três turnos - dois como TILS e um como professor - e quando não é possível manter interpretação somente em um turno (manhã, por exemplo), os atendimentos da noite costumam ser prejudicados por conta do meu cansaço. [...].</p>
	<p>A questão emocional como o nervosismo afeta no ato interpretativo</p>
	<p>Acho que todos os fatores citados e ainda podemos acrescentar mais alguns. Mas penso ser de suma importante uma boa visualização, pois as vezes o sinalizante está acima do palco e o TILS está abaixo com uma visão contra luz, ou não tão ideal. Questões emocionais para mim influenciam muito, pois já vi e já passei por situações de equívocos na interpretação por falta de concentração ou incômodos emocionais. Isso justifica ótimos profissionais que passam por momentos de não ter uma boa performance. O ambiente é muito importante, já fiquei mal localizada interpretando alguém (ouvinte) que não era tão fluente em Libras e interpretei aniversário em vês de orgulho. Estava completamente sem visualização clara dos sinais e expressões faciais o que complicou a minha vida.</p>
	<p>Atuar por muito tempo sozinho, sem revezamento a cada 20 min, faz a qualidade da interpretação cair bastante, a pressão psicológica que pessoas que não conhecem a área colocam sobre os tils, a imputação de responsabilidade de docente nas costas dos tils, a falta de receber material antecipadamente por parte dos palestrantes e docentes, lugares que não oferecem uma boa estrutura para atuação do tils, muitas vezes separam um lugar em frente a caixa de som para o intérprete ficar ocasionando dor no ouvido, quando o ambiente é de repressão e constrangimento também influencia.</p>
	<p>Nervosismo, microfone, velocidade da sinalização, regionalismos, termos técnicos.</p>
	<p>Fatores relacionados a problemas familiares. Sim, já fui interpretar estando com filho doente em casa, e não consegui fazer um bom trabalho, como deveria.</p>
	<p>O público e as estruturas.</p>

Fonte: elaborada pela autora.

Diante das respostas registradas, verificamos como a relação de poder com o público também interfere na atividade interpretativa, atuando como elemento de julgamento do texto oralizado. Além disso, a estrutura do ambiente, as questões de cansaço, falta de revezamentos, horas excessivas de trabalho nos conduzem para o domínio de memória do discurso trabalhista, a partir do qual podemos analisar práticas não discursivas que constituem historicamente o processo de profissionalização dos intérpretes de Libras. Se na década de 1980 a atuação era voluntária, no período após a promulgação de leis, oriunda de uma ordem discursiva de movimentos de resistência em prol da garantia de direitos aos surdos, a presença de intérpretes em diversos setores se expandiu (RUSSO, 2009; MARTINS, NASCIMENTO, 2015).

No entanto, o campo de atuação ainda é permeado por experiências que geram matrizes comportamentais quanto à prática interpretativa. O saber empírico orienta quanto às possíveis ações direcionadas à categoria, dentre elas a necessidade que os intérpretes possuem em reivindicar lugares mais adequados nos espaços, revezamentos, materiais com antecedência, redução de carga horária e outros fatores que funcionam como práticas não discursivas que vão constituindo os sujeitos intérpretes, num movimento discursivo em que participam ativamente na produção de técnicas e procedimentos que conduzem a ação dos outros (FOUCAULT, 2010) e que se entrelaçam a rede discursiva que buscamos construir nesta pesquisa.

Analisar discursos significa basicamente dar conta de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão “vivas” nos discursos. Mais do que analisar o caráter “expressivo” dos discursos, o que se quer, com esse pensador, é operar com as modalidades de existência desses mesmos discursos – pensar como eles circulam, como lhes é atribuído este e não aquele valor de verdade, de que modo os diferentes grupos e culturas deles se apropriam, e especialmente como se dão as rupturas nas “coisas ditas”. (FISCHER, 2013, p. 151)

Questões emocionais, nervosismo, insegurança são elementos que também entram em nossos alinhavos discursivos, já que geram experiências que conduzem a uma perspectiva que reitera a prática discursiva sobre a dificuldade de interpretação da Libras para a língua portuguesa. No entanto, assim como outros elementos, merecem espaços futuros de discussão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar discursos, tomá-los como prática, requer um diálogo os momentos históricos e sociais, em que língua, discurso e sujeito se engendram na produção de sentidos (FERNANDES, 2008). Dessa forma, buscamos ir além das questões técnicas para compreender as condições de existência práticas discursivas acerca da interpretação da Libras para o português. Para tanto, apesar de sistematizarmos os enunciados registrados nos questionários, durante nossas análises não detivemos em todos, mas nas relações discursivas que construímos. Cabe salientar, que não intuímos esgotar todas as análises e possibilidades de discussões, assim como outros olhares podem ser lançados para os dados apresentados, conforme afirmamos anteriormente.

Após compreender as questões teóricas da tradução e da interpretação, bem como as fundamentações da Análise do Discurso em harmonia com as concepções de Michel Foucault, saímos dos discursos para compreender o percurso histórico da inclusão de surdos e, conseqüentemente, a profissionalização dos sujeitos intérpretes de Libras, em um processo que perpassa pelo saber empírico validado pela sistematização de conhecimentos nos cursos de formação e no espaço acadêmico, resultante dos focos de experiência e resistências (MARTINS; NASCIMENTO, 2015).

Ter mais tempo de atuação, nessa esteira, induz uma maior ou menor dificuldade de interpretar. Essa situação, porém, não é uma regra, posições-sujeitos diferenciadas quanto ao tempo de atuação representaram uma diversidade discursiva, portanto, concepções diferenciadas foram enunciadas, assinalando experiências díspares diante da interpretação da Libras para a língua portuguesa.

Apesar de ser um discurso recorrente, os enunciados linguístico-discursivos coletados não convergem para a mesma ideia, eis aí a dispersão enunciativa. Por isso, em nossos recortes centramos naqueles que buscaram explicar possíveis condições de existência dessa prática discursiva. Nessa direção, inicialmente, identificamos fatores linguísticos, destacando a diferença de modalidade e a necessidade do intérprete desenvolver conhecimentos linguísticos necessários à atuação (RODRIGUES, 2010; BALAN, 2013).

Com base no dispositivo linguístico como instrumento de constituição de discursos e sujeitos, realizamos outros percursos, afinal, em consonância com Rodrigues (2010), a tomada de decisões e as escolhas linguísticas dependem de fatores situacionais. Para as análises desses fatores, selecionamos as relações de poder existentes entre sinalizantes, intérpretes e público, delineadas a partir do domínio das línguas envolvidas e do ato de julgamento da interpretação realizada. Dessa maneira, o ato interpretativo é caracterizado por relações sociais que influem na atuação dos sujeitos intérpretes de Libras e definem seu posicionamento diante da necessidade de interpretar uma exposição sinalizada. Porém, cabe destacar que essa peculiaridade está presente no ato interpretativo, independente da direção da interpretação.

Balan (2013) destaca o conhecimento de mundo como fator determinante na tradução e interpretação das línguas de sinais, o que fundamenta a afirmação de que são as experiências e, conseqüentemente, as subjetividades que subsidiam o aperfeiçoamento da atividade interpretativa. Nesse sentido, emergem práticas não discursivas oriundas dos momentos de interpretação, da ordem discursiva em que ocorrem, como quebra de confiança entre sinalizante e intérprete e aspectos de condições de trabalho. Nessa perspectiva, analisar os discursos no viés foucaultiano compreende alcançar práticas institucionais (FISCHER, 2013). Por isso, ratificamos que as práticas institucionalizadas diante das condições trabalhistas dos tradutores e intérpretes de Libras podem influir na atividade interpretativa.

Com a pesquisa, pudemos concluir que a dificuldade de interpretação da Libras para a língua portuguesa não é a verdade sobre esse processo, mas abrange os diversos fatores elencados. Portanto, as percepções diante dessa atividade interpretativa são diferenciadas, a depender da relação quem possuem com os sistemas linguísticos, da interação entre os sujeitos participantes dos momentos de interpretação, das condições de trabalho, das posições-sujeito que ocupam, enfim, das práticas de subjetivação que levam aos intérpretes de Libras a ratificarem ou não a dificuldade em interpretar da Libras para língua Portuguesa. Nessa concepção, interpretar extrapola os limites fala/sinalização, pondo em jogo subjetividades e discursos fortemente marcados por relações de poder.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino. Mesclagem de voz e tipos de discursos no processo de interpretação da língua de sinais para o português oral. **Caderno de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n. 26, p. 291-306, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2010v2n26p291>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

BALAN, André. Fatores determinantes na tradução/interpretação das línguas de sinais. **Tradução e comunicação: Revista Brasileira de tradutores**, n. 26, 2013, p. 127-141. Disponível em: <<http://www.pgskroton.com.br/seer/index.php/traducom/article/view/1650>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 02 mai. 2018.

CAVALLO, Patrizia; REUILLARD, Patrícia Chittoni Ramos. Estudos da interpretação: estudos atuais da pesquisa brasileira. **Letras e Letras**, Uberlândia, v. 32, n. 1, jan./jun., 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/33199>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

CHAIBUE, Karime; AGUIAR, Thiago Cardoso. Dificuldades na interpretação de libras para português. **Editora Arara Azul**, n. 17, p. 1-21, fev., 2016. Disponível em: <<http://editora-arara-azul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/3%C2%BA%20Artigo%20REVISTA%2017%20Karime%20Chaibue.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

DIAS, Walquiria Pereira da Silva. **Travessias e resistências**: práticas de subjetivação do sujeito tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa nos documentos oficiais. 2018. 125 f. Dissertação (Mestrado em Letras) UFMA. São Luís.

DINARTE, Luiz Daniel Rodrigues; RUSSO, Ângela. Tradução e interpretação de língua de sinais no contexto da pós-graduação: problematizando posições. **Caderno de Tradução**, Florianópolis, v. 35, nº especial 2, p. 174-196, jul-dez, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/issue/view/2296/showToc>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2008. 112 p.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). **Estudos do discurso**: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 123-151.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução: Miguel Serras Pereira. 70. ed. Lisboa: Almedina, 2014a. 271 p.

_____. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014b. 74 p.

_____. **Microfísica do poder.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016

_____. **O governo de si e dos outros:** curso no Collège de France (1982-1983). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 4-23.

_____. Retornar à história. In: _____. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento.** Tradução Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 282-295.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (orgs). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. pdf.

GESSER, Audrei. Interpretar ensinando e ensinar interpretando: posições assumidas no ato interpretativo em contexto de inclusão para surdos. **Caderno de Tradução**, v. 35, nº especial 2, p. 534-556, jul-dez, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35nesp2p534>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER. Efeitos do arquivo: a análise do discurso ao lado da história. In: ORLANDI, E. (org.). **Gestos de leitura:** da história no discurso. 2. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997. p. 163-185.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços inclusivos. **Cadernos de Educação**, n. 36, Pelotas, p. 133-153, maio/agosto, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1604/1487>>. Acesso em: 7 jan. 2018.

LÓPEZ, Maximiliano Valerio. O conceito de experiência em Michel Foucault. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 42-55, jul./dez., 2011. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/2367/1900>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira; NASCIMENTO, Vinicius. Da formação comunitária à formação universitária (e vice e versa): novo perfil dos tradutores e intérpretes de língua de sinais no contexto brasileiro. **Caderno de Tradução**, Florianópolis, v. 35, nº especial 2, p. 78-112, jul-dez, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/issue/view/2296/showToc>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

NASCIMENTO, Marcus Vinícius Batista. **Formação de intérpretes de Libras e Língua Portuguesa:** encontro de sujeitos, discursos e saberes. (Tese). Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em:

<<https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/19562/2/Marcus%20Vin%20C3%ADcius%20Batista%20Nascimento.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. Interpretação da Libras para o português na modalidade oral: considerações dialógicas. **Tradução e comunicação**: Revista Brasileira de tradutores, n. 24, 2012, p. 79-94. Disponível em: <<http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/traducom/article/viewFile/1756/1675>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 11. ed. Campinas: Pontes, 2013.

PAGANO, Adriana; VASCONCELLOS, Maria Lúcia. Estudos da tradução no Brasil: reflexões sobre teses e dissertações elaboradas por pesquisadores brasileiros nas décadas de 1980 e 1990. **Delta**, São Paulo, v. 19, nº especial, p. 1-25, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v19nspe/03.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. “Formando” futuros pesquisadores: palavras-chave e afiliações teóricas no campo disciplinar *Estudos da Tradução*. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 1, n. 17, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/6863/6414>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PAGURA, Reynaldo. A interpretação de conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para formação de intérpretes e tradutores. **Delta**, São Paulo, v. 19, nº especial, p. 209-236, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v19nspe/13.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PEREIRA, Maria Cristina Pires. Produções acadêmicas sobre interpretação de língua de sinais: dissertações e teses como vestígios históricos. **Caderno de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n. 26, p. 99-117, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/issue/view/1508/showToc>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PÖCHHACKER, Franz; QUEIROZ, Mylene. Conexões fundamentais: afinidade e convergência nos estudos da interpretação. **Scientia Translationis**, Florianópolis, n. 7, 2010, p. 61-75. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/scientia/article/view/1980-4237.2010n7p61>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC, 2004.

RODRIGUES, Carlos Henrique. **Da interpretação comunitária à interpretação de conferência**: desafios para formação de intérpretes de língua de sinais. 2010. Disponível em: <<http://www.congressotils.com.br/anais/anais2010/Carlos%20Henrique%20Rodrigues.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

_____. A interpretação simultânea entre línguas e modalidades. **Veredas Atemática**, Juiz de Fora, v. 17, n. 2, p. 266-286, 2013. Disponível em: <

<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2014/04/14%C2%BA-ARTIGO.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____; BEER, Hanna. Os estudos da tradução e da interpretação de língua de sinais: novo campo disciplinar emergente? **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 35, nº especial 2, p. 17-45, jul-dez, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/issue/view/2296/showToc>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

_____; SILVÉRIO, Carla Couto de Paula. Interpretando na educação: quais conhecimentos e habilidades o intérprete educacional deve possuir? **Espaço: informativo técnico-científico do INES**. Rio de Janeiro, n. 35, jan/jul, 2011. p. 42-50. Disponível em: <https://ead2.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/119489/mod_resource/content/0/RODRIGUES%2C%202011.pdf> Acesso em: 15 jun. 2017.

ROSA, Andrea da Silva. **Entre a visibilidade da tradução em língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete**. Campinas, SP: Editora Arara Azul, 2008. Disponível em: <<http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/livro5.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

RUSSO, Ângela. **Intérprete de línguas brasileira de sinais: uma posição discursiva em construção**. 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) UFRGS. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21851/000738782.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres. A interpretação de Libras para português em conferência: uma reflexão a partir do olhar do palestrante surdo. In: **Anais do 5º Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua portuguesa**, Florianópolis: UFSC - CCE, 2016. Disponível em: <<http://www.congressotils.com.br/anais/2016/3626.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

SANTOS, Kátia Andréia Souza dos. **O intérprete de libras no contexto de atuação: reflexões sobre sua atuação**. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) UFSCar. São Paulo. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21851/000738782.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

SANTOS, Ozivan Perdigão. Travessias históricas do tradutor/intérprete de Libras: de 1980 a 2010. **Revista do Difere**, v. 2, n. 4, dez, 2012. Disponível em: <<http://www.artificios.ufpa.br/Artigos/ozivan.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

SANTOS, Silvana Aguiar dos. Contextualização dos Estudos da Interpretação no Brasil. In: QUADROS, Ronice Müller de; STRUMPF, Mariane Rossi; LEITE, Tarcísio de Arantes. (orgs). **Estudos da língua brasileira de sinais I**. v. 1. Florianópolis: Insular, 2013a. p. 119-147.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 99-198.

SOUSA, Danielle Vanessa Costa. Interpretação Libras/Português: uma análise da atuação dos tradutores-intérpretes de Libras de São Luís. **Revista Littera**, v. 1, n. 1, jan-jul, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/108>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

VASCONCELLOS, Maria Lúcia. Tradução e Interpretação de Língua de Sinais (TILS) na Pós-Graduação: a afiliação ao campo disciplinar “Estudos da Tradução”. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n. 26, p. 119-143, out. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/issue/view/1508/showToc>> Acesso em: 20 dez. 2017.

_____; BARTHOLAMEI JUNIOR, Lautenai Antonio. **Estudos da tradução I**. Florianópolis: UFSC, 2008. pdf.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO (FORMULÁRIO GOOGLE): PESQUISA DE TCC (LETRAS)

Pesquisa sobre a interpretação da Libras para a Língua Portuguesa, visando analisar que fatores se apresentam na recorrência da prática discursiva "Fazer a interpretação da língua de sinais para a língua oral é mais difícil que da língua oral para a língua de sinais".

Quanto tempo atua como tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa?

Atua profissionalmente ou como voluntário? Explique.

Resumidamente, como você iniciou como intérprete de Libras/Língua Portuguesa?

Comumente repetimos a ideia que interpretar da Libras para a Língua Portuguesa é mais difícil. O que você pensa sobre isso?

Que campos de atuação você interpreta? Isso influi na sua prática de interpretação da Libras para a Língua Portuguesa? Explique.

Que fatores situacionais (ambiente, público, estrutura, questões emocionais, etc.) podem interferir na sua prática de interpretação da Libras para a Língua Portuguesa? Você tem alguma experiência para contar?

O sinalizante pode ser surdo ou ouvinte. Isso faz diferença no processo de interpretação? Explique.